

# Quando a pesquisa é o problema: o tabu no estudo das práticas sexuais

VICTOR HUGO DE SOUZA BARRETO

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional, Rio de Janeiro,  
Rio de Janeiro, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v26i1p270-293

**resumo** Afinal, qual é o tabu do estudo do sexo? Após anos pesquisando coisas relativas ao tema das práticas sexuais, fui percebendo reações e questões que sempre se repetiam e que o próprio fato delas serem postas já era indicativo de uma necessária discussão sobre um determinado entendimento da sexualidade. Quis enumerar e analisar aquilo que percebi serem os pontos de tensão no estudo do tema, tomando as reações e questionamentos que fui encontrando ao longo de meu percurso acadêmico como ponto de partida para maiores problematizações.

**palavras-chave** Metodologia; Etnografia; Sexualidade

## When research is the problem: the taboo in the study of sexual practices

**abstract** After all, what is the taboo of the study of sex? After years of researching things related to the subject of sexual practices, I became aware of reactions and questions that were always repeated and that the very fact of them was already indicative of a necessary discussion about a certain understanding of sexuality. I wanted to enumerate and analyze what I perceived to be the points of tension in the study of the subject, taking the reactions and questions that I found throughout my academic journey as a starting point for further problematizations.

**keywords** Methodology; Ethnography; Sexuality

## Apresentação

Minha proposta nesse artigo é a de me deter sobre a questão do tabu envolvendo determinadas pesquisas, principalmente aquelas que tenham práticas sexuais como objetos, já que é o caso dos meus temas de pesquisa em particular. A ideia de um artigo dedicado ao desenvolvimento dessa questão foi algo pensado a partir da demanda não só das pesquisas que desenvolvi em específico, mas também da percepção de uma certa onda conservadora que vem tomando determinados locais de debates, principalmente virtuais, que tomam a preocupação com a diversidade e a diferença como algo “menor” ou não “merecedor” de um debate acadêmico.

Falo aqui da minha experiência pessoal durante o mestrado e o doutorado, ambos voltados para o estudo das práticas sexuais, uma sobre a prostituição masculina em saunas e a outra sobre festas de orgia organizadas para homens, ambas na cidade do Rio de Janeiro (BARRETO, 2017a; 2017b). Toda vez que comentava sobre a minha pesquisa, durante esses anos, formal ou informalmente, dentro ou fora do ambiente acadêmico, mais do que dúvidas sobre as minhas análises do campo, o que mais ouvia eram questionamentos (colocados das mais diferentes formas: irônicas, agressivas, surpresas, desconfiadas etc.) sobre as minhas motivações e as condições em que seria / foi feito o trabalho de campo e quanto à credibilidade das pesquisas<sup>1</sup>. Nada mais antropológico que propor uma “etnografia” dessas reações.

Talvez o clímax desses questionamentos com relação à minha pesquisa tenha acontecido em março de 2015, quando uma comunidade na rede social do Facebook sobre trabalhos acadêmicos postou trechos de um artigo meu apresentado na Reunião da ANPOCS de 2014 sobre alguns resultados dessa pesquisa sobre as festas de orgia (BARRETO, 2014). Seguiu-se uma série de posts com o link do meu currículo Lattes e também a postagem da minha dissertação<sup>2</sup>. Esses posts geraram uma discussão acalorada com a maioria das reações sendo bem negativas e agressivas: “É para isso que o dinheiro público serve?? Que porcaria de banca é essa??”; “Vamo manerar na viadagem ae”; “Tanta enrolação só para dizer que adora dar o rabo?”; “Mais um rebento de Fucô”; foram alguns das centenas de comentários, além das mensagens privadas que eu recebi no meu perfil, do qual destaco uma transcrita a seguir, pelo fato de nela estarem reunidos os principais pontos que irei abordar nesse texto:

---

<sup>1</sup> Uma outra forma de reação eram as “confissões”. Quando as pessoas se apercebiam da seriedade da pesquisa invariavelmente queriam compartilhar algo de suas vidas pessoais. Falavam das vezes em que transaram com mais de uma pessoa, experiências sexuais com pessoas do mesmo sexo, idas a clubes de swing ou festas de orgia particulares entre amigos, dentre outras. Isso acabou se tornando muito útil porque muitas dessas “confissões” me ajudaram a encontrar lugares onde poderia ir, pessoas a quem procurar e interlocutores com quem conversar para a construção, principalmente, de minha Tese.

<sup>2</sup> A página que já conta com quase três mil seguidores é um espaço onde pessoas anônimas e/ou que se apresentam como pertencentes a variadas instituições de ensino superior, nacionais e internacionais, postam títulos, resumos, links de dissertações e teses, links de currículos lattes, imagens de defesas etc., de pesquisadores cujos temas elas consideram motivo de escárnio. Importante notar que os temas de dissertações e teses versam sobre gênero, sexualidade, religiões de matriz africana, cultura popular, uso de drogas, regionalismos, funk, devires, entre outros.

Parabéns. Nunca vi dinheiro público desperdiçado com tanto *élan*. Li o suficiente pra saber que está mais para um conto erótico ruim do que pra uma tese acadêmica. (...) Se você fosse só mais um gay promíscuo que gostasse de dar uma trepadinha, eu te respeitaria, mas há sempre essa necessidade maldita de teorizar, de “refletir”. É a “teorréia” de que falava o Merchior. Faça sexo o quanto e com quem quiser, mas não queira dar ares intelectuais a uma coisa tão banal. Deixe a antropologia e o sexo para quem entende do assunto, para quem os aborda com base em uma filosofia sólida, não em sensações animais. É só um blah blah blah interminável de pessoas que carecem de justificativas “intelequituais” para suas parafilias. Estude a biografia de Foucault e saberá do que estou falando. Agora vá dar o cu e não se meta a escrever mais, pelo amor de Deus.

A atitude, as reações junto com os comentários e as mensagens podem estar nos limites de um fenômeno que atualmente se convencionou chamar de *cyberbullying*, que é esse tipo de assédio, hostilidade e agressão através do uso das novas tecnologias de informação e comunicação. Um tipo de assédio de maiores proporções pelo próprio alcance que essas informações e postagens podem ter através da rede<sup>3</sup>.

Porém, o que está sendo colocado em questão nessas postagens e comentários (já que a comunidade continua ativa até o momento da escrita) são pontos que proponho nos determos para pensar. Acredito que o alvo desses comentários e discursos não é apenas a pessoa do pesquisador em particular e de suas práticas sexuais, a qualidade ou não do meu trabalho, mas, mais do que isso, a própria possibilidade de um estudo acadêmico sobre determinados temas (já que a comunidade não centra as suas críticas a pesquisas de gênero e sexualidade e sim estende as suas postagens a pesquisas sobre religiões de matriz africana, uso de substâncias psicoativas, funk, feminismos etc.) e o tema do sexo, em particular. Os argumentos e reações expostas são mais comuns do que se pensa e não apenas restrito àquilo que podemos chamar de “público lei-

<sup>3</sup> Não por acaso, a grande quantidade e maior repercussão dos casos de *cyberbullying* são justamente daqueles de teor sexual. Seja de comentários sexuais e pejorativos em postagens e fotos ou a criação de rumores e boatos até aquilo que recentemente se chama de *revenge porn* ou “pornografia de vingança” que é a exposição na internet de fotos ou vídeos íntimos, na maioria de sexo explícito, sem autorização do outro. Praticado comumente por ex-namorado(a)s ou grupos de amigos como uma forma de “vingar-se” do outro ou por entender aquilo como uma brincadeira. A repercussão, às vezes com consequências graves para aqueles que são expostos (principalmente meninas jovens), é significativa.

go”. No próprio ambiente acadêmico, as reações partem de princípios e mesmo de discursos semelhantes<sup>4</sup>.

Afinal, por que o sexo? E a resposta mais imediata seria: afinal, por que não? Se a Antropologia, enquanto ciência que estuda as relações entre os seres, vem se dedicando desde o seu princípio a entender como se dão essas relações nos mais variados contextos e já teve como tema o porquê das pessoas se reunirem para adorar deuses; para trocar e/ou vender objetos; a maneira como organizam as relações de parentesco; as diferentes formações políticas, estatais ou contra-estatais; as administrações de conflitos; a cosmologia de diversos povos; os usos de substâncias; os diferentes rituais sagrados e/ou cotidianos de nossas vidas; dentre muitas outras coisas, por que seria mais ou menos importante estudar aqueles que se reúnem para fazer sexo, seja num contexto de orgia ou não?

Meu objetivo aqui será enumerar e comentar aquilo que acredito serem os pontos de tensão no estudo do tema. Cada um deles mereceria uma atenção ou profundidade maior do que aquela que vou poder dar nesse espaço. Isso seja pelo fato de já existir uma bibliografia extensa sobre alguns desses pontos, que será indicada, e, também, pelo fato da quase ausência em outros. Da mesma maneira, outros pontos poderiam ser abordados aqui, além desses que escolhi. Pautei-me pela minha experiência pessoal e a recorrência com que eles foram aparecendo.

## O sexo e a natureza

Por que estudar o sexo se ele é apenas algo “natural”? Algo “banal” como diz na mensagem que recebi acima, ou mais ainda, se são apenas “sensações animalescas”? Que interesse poderia ter estudar aquilo que, de maneira geral, é considerado como encontrado em todos nós de forma irreduzível, quase pré-programada, aquilo que nos aproximaria dos animais ou que estaria no limiar mesmo de uma animalidade? É recorrente nos discursos a ideia de que o sexo, seus desejos e práticas pertencem a um domínio biológico ou natural. É onde encontramos a nossa “verdadeira natureza” com seus desejos e impulsos irremediáveis. “Sexo é uma coisa de instinto né...”, “Isso tudo aí é excesso de hormônio...”, “É uma questão de necessidade, de precisar fazer...”, os exemplos ouvidos foram muitos<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Como no dia em que em uma das festas encontrei um dos estudantes do Programa de Pós-Graduação em que estudei e que, apesar de não sermos muito próximos, ele já tinha lido minha dissertação e disse ter ficado surpreso por ter me encontrado ali, na festa: “Nossa, você vem para esses lugares fazer trabalho de campo mesmo!”

<sup>5</sup> A própria ideia de que ter algum tipo de desejo sexual é universal e natural a todos os “seres humanos animais” poderia ser questionada. Cf. Brigeiro, 2013 sobre pessoas e grupos que se autoidentificam como “assexuados”.

O esforço das ciências sociais, de maneira geral, em estranhar, desnaturalizar e relativizar aquilo que entendemos como o certo, o normal ou o natural parece sempre esbarrar em um último ponto, aquele relativo às questões sexuais e todos os seus meandros disputados por vários campos científicos. O sexo ainda permanece como lugar da verdadeira confusão entre natureza e cultura. Uma ideia que já é apontada por Lévi-Strauss em sua discussão sobre essa relação no clássico *As estruturas elementares do parentesco*:

A vida sexual é duplamente exterior ao grupo. Exprime no mais alto grau a natureza animal do homem, e atesta, no próprio seio da humanidade, a sobrevivência mais característica dos instintos. Em segundo lugar, seus fins são transcendentais, novamente de duas maneiras, pois visam a satisfazer ou desejos individuais, que se sabe suficientemente constarem entre os menos respeitáveis das convenções sociais, ou tendências específicas que ultrapassam igualmente, embora em outro sentido, os fins próprios da sociedade. (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.50)

O embaralhamento da natureza e da cultura nas questões sexuais parece ser tão confuso e “primordial” que não é à toa que o autor vai buscar no tabu do incesto (no estabelecimento de relações sexuais proibidas) a estrutura organizacional primeira da sociedade. Parecendo ser no sexo mesmo que encontraríamos a “resposta” sobre a passagem mítica de um “estado de natureza” para um “estado de cultura”:

Notemos, entretanto, que se a regulamentação das relações entre os sexos constitui uma invasão da cultura no interior da natureza, por outro lado a vida social é, no íntimo da natureza, um prenúncio da vida social, porque, dentre todos os instintos, o instinto sexual é o único que para se definir tem necessidade do estímulo de outrem (...) Não fornece uma passagem, por si mesma natural, entre a natureza e a cultura, o que seria inconcebível, mas explica uma das razões pelas quais é no terreno da vida sexual, de preferência a qualquer outra, que a passagem entre as duas ordens pode e deve necessariamente efetuar-se. Regra que abrange aquilo que na sociedade lhe é mais alheio, mas ao mesmo tempo regra social que retém, na natureza, o que é capaz de superá-la (idem, *ibidem*)<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Para uma problematização que se coloca além dos termos de “estado de natureza” e “estado

A dicotomia natureza X cultura é uma das mais caras à Antropologia e está na base de um dos principais debates nos estudos de gênero e sexualidade: a questão essencialismo X construtivismo. De um lado um paradigma de explicações universais e deterministas calcado no argumento da natureza ou biomédico; por outro lado o paradigma que predomina nas ciências sociais, o da teoria da construção social, onde a sexualidade é mediada por fatores históricos e sociais, variando-se e diferenciando-se a depender de cada contexto (WEEKS, 1981). Um debate que não é novo, datando de meados do século XIX até os dias de hoje, que se coloca como um campo de disputas de saberes e interesses característicos do campo científico e, conseqüentemente de forças e poderes (BOURDIEU, 1983; FOUCAULT, 1971). É longo, inconclusivo e estratégico<sup>7</sup>.

De natural o debate científico sobre o sexo não tem nada. A própria colocação dele enquanto problema e questão e as diferentes respostas e “verdades” que irão ser formadas vão estar dentro desse campo de disputas de saberes e das estruturas sociais de cada momento. O próprio debate é de “natureza cultural”, como afirma Lévi-Strauss, já antecipando as conclusões de Latour sobre a construção das verdades científicas: “está ao mesmo tempo no limiar da cultura, na cultura, e em certo sentido, é a própria cultura” (1982, p. 51)

Apesar da predominância da teoria da construção social nos nossos trabalhos, presente em diferentes níveis de construcionismo (nem todos os autores conseguem relativizar e desnaturalizar todas as instâncias relacionadas à sexualidade), isso não quer dizer que ela não apresente problemas e da mesma forma não desfaça completamente a onipresença e hegemonia do paradigma essencialista<sup>8</sup>. A meu ver, o principal problema encontrado nesse debate da construção social talvez seja qual é o lugar do corpo em nossas reflexões. Torna-se difícil pensar sexo sem levarmos em consideração a própria fisiologia corporal, a “realidade visceral do corpo e nossas experiências disso” (VANCE, 1989, p. 165), sem um retorno ao essencialismo e às determinações biológicas. E talvez seja esse o ponto que é sempre retornado nas falas e reações das pessoas em geral. Da própria subjetividade delas e de sua relação com suas sensações corporais. “Do meu sexo, o meu corpo é que sabe”. O esforço aqui está em procurar “fazer uma teoria” que esteja mais próxima daquilo que, de fato, as pessoas sentem, ou do que entendem que sejam a sua realidade, uma “*embodiment theory*” (CSORDAS, 1990).

---

de cultura”, seria pensar num “estado de animalidade” X “estado de humanidade”. Nisso o artigo de Díaz-Benítez sobre a produção de filmes pornográficos de sexo com animais coloca questões que problematizam ainda mais essas dualidades (2012).

<sup>7</sup> Para revisões recentes e uma história dessa discussão do campo da sexualidade nas ciências humanas ver artigos de Vance (1995) e Vale de Almeida (2003). Para o caso brasileiro, ver Carrara e Simões (2007).

<sup>8</sup> Nem tampouco dão conta da proposta de “desconstrução” da chamada teoria *queer*.

À medida que consideramos restaurar o corpo na teoria da construção social, nos perguntamos se é possível ser um materialista, sem resvalar para o essencialismo? Existem maneiras de integrar sensação e função corporal em um quadro de construção social, ainda que concordemos que a experiência humana do corpo é sempre mediada pela cultura e subjetividade, e sem elevar o corpo como determinante? A resposta não será encontrada em um retorno ao essencialismo, seja franca ou disfarçadamente, mas na exploração de formas mais sensíveis e criativas de considerar o corpo (op.cit., 167).

A nossa “ciência sexual” e mesmo a nossa sexualidade tendeu a uma elaboração de discursos autorizados onde têm-se o sexo como *razão científica*, onde não se envolve o corpo, suas sensações e afecções; fala-se sobre sexo de uma maneira como se não se fizesse sexo. Não ensinamos nas escolas, por exemplo, o sexo e o corpo como fonte de prazer, mas sim como evitar doenças e não engravidar. Pode-se falar sobre sexo desde que se mantenha o ponto de vista científico ou natural. Ou seja, o discurso sobre o sexo esbarra sempre em uma “leitura biológica” do corpo. Releva-se o conhecimento que é advindo da própria experiência corporal (WACQUANT, 2002). Talvez porque tenhamos associado as sensações como uma volta ao campo daquilo que é do privado, do íntimo, do que não deve ser revelado.

### **O sexo e o bizarro**

“Você acha normal as pessoas que vão lá para fazer sexo assim?”; “Elas devem ter algum tipo de problema, não? Deve ter alguma questão patológica por trás”; “Mas isso é muito curioso, conta as coisas estranhas que você vê lá”; “E o sexo lá é como, é normal? Eles devem achar que sim”; “E a gente nem imagina que as pessoas que vão nesses lugares estão entre nós, pode ser qualquer um”.

Pelas falas acima, percebe-se o quanto, ao colocar o sexo em debate, é difícil fugir de uma abordagem que não privilegie o tom do sensacionalismo, do curioso ou do bizarro. É muito fácil resvalar para esse tipo de aproximação com o tema, justamente pelo fato desse ser um dos pontos de percepção comumente encontrados em nossa sociedade. Funciona como nas chamadas de programas televisivos ou nas matérias que aparecem na internet que volta e meia abordam reportagens com temas relativos às práticas sexuais (swing, BDSM, sexo em público, fetichistas dos mais variados, prostituição etc.) : “quem são? onde vivem? são pessoas normais? Por que sentem prazer com isso?”; e nessas perguntas já se colocando e pré-determinando toda uma série de exotizações e moralidades que pouco ajudam a compreender, de fato, o que essas pessoas fazem nos contextos abordados.

A tradição desse tipo de abordagem é antiga, vem dos *freak shows* e dos circos de “aberrações” e funcionam muito bem diante da estratificação da produção pornográfica atual:

a chamada pornografia “bizarra” é herdeira dos antigos *freak shows* ou shows de aberrações humanas, nos quais pessoas com os corpos mais “estranhos” e as capacidades físicas mais incríveis fascinavam plateias provocando espanto, medo, risadas, curiosidade e, muitas vezes, um ódio deslumbrado, sendo tais manifestações advindas da moderna cultura do entretenimento e espetacularização da vida cotidiana (LEITE JÚNIOR, 2009, p.510).

Em seu trabalho sobre a produção pornográfica focado no “nebuloso e sempre móvel” campo do bizarro, Leite chama a atenção para como “o objetivo primeiro desses produtos é espetacularizar uma vivência sexual que choca, impressiona e muitas vezes incomoda, lidando direta e explicitamente com os limites sociais do ‘bom gosto’, da ‘tolerância’ e do ‘ultrajante’” (idem). Para o autor, a própria definição desses limites e da formação de nossos gostos mesmo estéticos têm a ver com um processo de forjamento de nossas sensibilidades que tiveram como pano de fundo histórico a organização política de uma nova área do saber. Essas divisões e categorias seriam tributárias de uma determinada maneira “científica” de conceber a sexualidade, cujo surgimento data do final do século XIX. Esse processo é esmiuçado e detalhado nas análises realizadas por Foucault (2009) e Lanteri-Laura (2001) sobre esse período, nas quais os autores demonstram que é na colocação do sexo como novo campo de “saber-poder”, que encontramos a criação das “perversões” e da patologização daquilo que não se encaixa no padrão tido como normal\natural.

Ou como bem resume Leite Jr sobre esse contexto:

É nessa época que surge a “ciência sexual” ou a chamada primeira sexologia. Tratando-se de um novo discurso que visou debater, organizar e conduzir tal assunto sob o viés científico. Crentes na neutralidade da ciência, herdeiros do racionalismo iluminista e confiantes no positivismo, educadores, pais, líderes políticos, religiosos, juízes, policiais e médicos das mais variadas áreas se engajaram num projeto disciplinador de corpos, desejos, prazeres e práticas sexuais. Dessa forma, identidades foram construídas, ideias e comportamentos foram patologizados, desejos foram classificados, rotulados e hierarquizados nessa nova maneira de pensar, lidar, sentir, organizar, vivenciar, definir

ou mesmo discutir o sexo. Nascendo assim a chamada “sexualidade” (LEITE JÚNIOR, 2009, p.511).

É importante enfatizar o quanto esse momento de início da sexologia é característico das relações que vão se estabelecer no discurso médico-psi-quiatríco com influência sobre todos os aspectos de controle da população (inclusive legais), entre perversão e sexualidade, da definição dos “desvios”, da criação dos “monstros”, dos anormais (que, segundo Foucault, seriam os monstros cotidianos, banalizados), dos perversos sexuais e das chamadas “parafilias” (FOUCAULT, 2001, 71)<sup>9</sup>.

O saber médico-psi-quiatríco vai se apropriar do discurso da sexualidade principalmente a partir do século XIX, promovendo a difusão de categorias classificatórias, tal como pode se depreender dos trabalhos “pioneiros” dessa época de Krafft-Ebing e Havelock Ellis. Esses trabalhos vão se preocupar principalmente em listar os “tipos” de indivíduos - em sua maioria considerados doentes - que são encontrados em nossa sociedade a partir de suas práticas sexuais e de seus desejos considerados anormais, como o “perverso”, o “sádico”, o “masoquista”, a “criança masturbadora”, a “mulher histérica”, o “homossexual”, dentre uma infinidade de outras categorias (PORTER; TEICH, 1998).

O ponto alto desse processo é a publicação da obra *Psychopathia Sexualis* do alemão Krafft-Ebing em 1886. Verdadeiro compêndio do que o pensamento na época dizia ser o comportamento sexual patológico. Segundo o autor, se o objetivo do desejo sexual é a procriação, qualquer forma de desejo que não tivesse esta como fim último seria uma perversão (DUARTE, 1988). Krafft-Ebing dedica toda a parte final do seu livro à enumeração de diferentes casos, com pequenas histórias, onde são apresentados esses comportamentos sexuais tidos como doentios. O número de casos foi aumentando com as sucessivas reedições da obra que, em sua última versão (2001), contava com uma lista no total de 238 categorias sobre o comportamento sexual humano<sup>10</sup>.

Porém, de acordo com alguns autores (BRICKELL, 2006; MISKOLCI, 2014), esse determinado contexto histórico de “invenção dos perversos sexuais” teria

<sup>9</sup> Dispositivo que marcou indelevelmente nossa maneira de pensar (e pôr em prática) a sexualidade. Como um exemplo, vide a manutenção e a importância de um guia como o “Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais” (DSM) nas ciências psi que chega a sua quinta versão em 2013 atualizando a ideia de “desvio” como “transtorno” e a mesma forma problemática de se pensar sobre o erótico e a multiplicidade de desejos (RUSSO, 2004; USECHE, 2005).

<sup>10</sup> Curiosamente o livro de Krafft-Ebing é considerado uma das maiores obras eróticas mundiais, justamente pela maneira narrativa com que o autor apresenta as perversões e pela ideia de fascinação do “bizarro” já apontado que despertaria no leitor essa curiosidade erótica (DUARTE, 1988).

a sua positividade justamente por ser uma época de explosão e experimentação de uma multiplicidade de desejos e erotismos, de uma produção exacerbada de tipos e “meio-tipos”, quando a esmagadora maioria das pessoas vivia ainda à margem desse vocabulário médico-legal, portanto, ainda “livres” em suas experiências (comparando-se ao momento atual com a noção de porosidade, fluidez e “indeterminação sexual pós-moderna”)<sup>11</sup>. Não se veria ainda um efeito de um discurso categórico tão rígido como algumas leituras equivocadas a partir da obra de Foucault dão a perceber. Só depois, na primeira metade do século XX, é que esse debate traria efeitos mais rígidos com a discussão e as práticas confinadas na divisão binária entre homo e heterossexualidade.

Esse processo já é apontado por Foucault, quando o autor demonstra que ao mesmo tempo em que a sociedade moderna conferia legitimidade apenas à sexualidade do casal monogâmico heterossexual, fez proliferar, por outro lado, nesse trabalho classificatório exaustivo, “grupos com elementos múltiplos e sexualidade circulante” (2009, p.48). Instituições e saberes como a medicina, a psiquiatria, a pedagogia e a família acabaram por elaborar não apenas proibições, mas um mecanismo de “dupla incitação”, ou seja, a do poder que se propõe em fiscalizar o prazer, e a do prazer que sistematicamente busca escapar a esse controle. Estabelecendo dessa forma uma “relação poder-prazer sob a forma de perpétuas espirais” que, saturando-se e significando-se reciprocamente, “(...) não se anulam (...). Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos de excitação e incitação” (op. cit., p.48). Ou seja, a própria sociedade disciplinar e/ou de controle (ou mesmo civilizatória, que seja) produz o desejo pela sua contravenção. Não se duvide disso com os milhões lucrados pela indústria pornográfica e suas produções, seja no mercado *mainstream* ou do ramo “bizarro” (escatologia, fetiches de humilhação e violência, zoofilia, necrofilia etc.)<sup>12</sup>

## O pesquisador com “segundas intenções”

Não tenho como fazer aqui um registro de todos os tipos e formas de comentários e dúvidas que ouvi relativos às minhas “motivações pessoais” para fazer essas pesquisas. Foram muitos, incessantes e que variavam fossem num tom brincalhão, ou mesmo irônico, até chegar aos mais agressivos, em vários

<sup>11</sup> Se a sexologia dessa época focava sua classificação a partir das escolhas dos objetos de desejo, a figura que causava mais transtorno eram justamente aqueles que ficavam num estado indiferenciado de “sensualidade”. O “homem sensual” ou “libertino” era uma figura perigosa por ser liminar: aquele que ia além das convenções sexuais; era marcado não pela sua escolha do objeto sexual, mas justamente pela sua indiscriminação (BRICKELL, 2006).

<sup>12</sup> Essa “positividade” apontada não desfaz o fato de que é contínua a produção desses tipos classificatórios ainda em nossos dias e de um certo entendimento de nossa sexualidade que propagaria continuamente “pânicos morais” (RUBIN, 1998) com a criação de figuras que podemos chamar de “monstros contemporâneos”. Um bom exemplo é mostrado a partir da construção da figura e do problema do pedófilo em etnografia de Lowenkron (2015).

matizes de deboche e desconfiança. Ao que parece, não se pode escolher um tema desses de pesquisa sem que não haja “algo por trás”, se não é um gosto pessoal relativo à minha sexualidade, uma desculpa para usufruir dos prazeres do campo ou mesmo uma maneira de teorizar as minhas “parafilias” (como na mensagem que me enviaram)<sup>13</sup>. Talvez não tenha tido uma única vez em que tenha respondido a pergunta sobre qual o meu tema de pesquisa que não tenha sido acompanhado de, no mínimo, um sorriso de lado.

Se já é um consenso dentro das ciências humanas e sociais que a prática científica está longe de ser uma produção “distanciada”, “objetiva” ou “neutra”, para aqueles que se dedicam a pesquisas relacionadas à sexualidade pesam, no entanto, uma contínua desconfiança e suspeita e, conseqüentemente, um descrédito “científico”. A ideia da desconfiança, do pesquisador “voyeur” ou com motivações escusas é unanimemente apontada por aqueles que se dedicaram ao tema e também a alguns autores que fazem uma revisão geral do campo, seja no contexto norte-americano ou europeu (VANCE, 1995; IRVINE, 2003) apontando, inclusive, dificuldades práticas desses pesquisadores em conseguir bolsas, financiamentos, cargos quando formados, disputas em departamentos nas universidades etc.

Muitos fatores poderiam ser apontados para o fato da marginalização dos estudos sobre sexualidade (alguns inclusive, já ditos aqui), porém Irvine aponta que o principal seria a dominância de uma epistemologia positivista naquilo que a gente entende que é ciência. A isso se acresce a estigmatização do sujeito pesquisador posto sempre sob suspeita. Há como que uma “contaminação” - nos termos colocados por Mary Douglas (1976) - pelo tema daquele que o estuda ou se aproxima dele: “sexo é estigmatizado, assim como aqueles que o pesquisam”:

Historicamente, aqueles que estudam sexo têm sido objeto de especulação pública sobre, sendo até atacados, a sua própria sexualidade. Este tem sido o caso, independentemente da identidade sexual do pesquisador, uma vez que como Goffman chama a atenção, aqueles que se associam a um indivíduo estigmatizado (ou assunto, neste caso), adquirem um “estigma cortesia” (IRVINE, 2003, p. 451).

<sup>13</sup> Como na mensagem em que recebi no meu perfil da rede social e citei no início na qual se faz uma referência à própria biografia de pensadores como Foucault, ou seja, o interesse do autor em pensar a criação de problemas como a homossexualidade como fenômenos histórico e social viria do fato do próprio ser um homossexual que estaria buscando respostas para a sua “condição”. Isso se repetiria num chavão intelectual (também presente no campo das artes, aliás) de que os pesquisadores usariam desculpas para se estudar. Nesse caso, como mulheres estudam questões feministas, negros estudam as condições de desigualdade raciais, usuários de drogas as substâncias psicoativas e gays e lésbicas os temas de sexualidade.

No caso da Antropologia isso se aprofunda justamente pelo seu característico método etnográfico de trabalho, da necessidade de se estar em campo, “entre os nativos”, de estar presente, de “observar-participar” aquilo que acontece. Uma coisa é você montar um questionário sobre os hábitos sexuais das pessoas, e aplicá-lo, ou fazer entrevistas em que você pergunta para elas o que pensam e/ou costumam fazer na cama, no quarto e durante o sexo; outra coisa muito diferente é estar presente e ver de fato o que elas fazem. A ideia de uma pesquisa científica realizada nesses termos causa desconforto, descrença e desconfiança.

A década de 1980 é comumente representada como um ponto de virada na teoria antropológica. Foi um momento em que certos antropólogos começaram a fazer questionamentos reflexivos de alguns pressupostos que pareciam fundamentalmente arraigados ao arcabouço teórico e à prática de sua disciplina. Construída principalmente ao longo do século XX, a Antropologia foi alvo, nesse momento, de autores que proclamavam a necessidade de uma renovação profunda do modo como ela era feita, de seus conceitos, seus princípios e objetivos, a partir de uma revisão crítica dos trabalhos produzidos até então. A Antropologia neste momento também olhava para si mesma (MACEDO, 2011).

O paradigma da “reflexividade”, que tem como expoente o trabalho de Rabinow acerca do trabalho de campo como uma operação colaborativa, na qual os interlocutores e o antropólogo constroem mutuamente explicações e interpretações (RABINOW, 1992), o interpretativismo e a inspiração hermenêutica (GEERTZ, 1989; 1997), bem como os questionamentos da chamada Antropologia “pós-moderna” em sua vertente norte-americana (CLIFFORD; MARCUS, 1986; CLIFFORD, 1998), estabeleceram um campo de debates produtivo, que permitiu aos antropólogos, ao mesmo tempo, criticar a “autoridade etnográfica” calcada no mito da objetividade científica, problematizar a necessidade e as possibilidades da interlocução com os “nativos” e indagar acerca da necessidade da invisibilidade do pesquisador no texto antropológico (BRAZ; SILVEIRA, 2013).

Como já disse Braz (2010), parte da riqueza dos estudos sócio-antropológicos sobre sexualidades está justamente nos desafios epistemológicos e metodológicos que implicam para a reflexão e a prática antropológicas. Ao que parece, o estudo da sexualidade obriga o pesquisador a se ver ele próprio (e ser visto também) como ser sexuado, de desejo e produtor de desejo, uma subjetividade que é, de fato, colocada em jogo, como um agente que, de certa forma, precisa se colocar também “sexualmente” em campo<sup>14</sup>.

Ao trazer algumas descrições do trabalho de campo seja aquele realizado

---

<sup>14</sup> Uma imagem interessante é aquela trazida por Díaz-Benítez em seu trabalho sobre a produção pornográfica *mainstream* no Brasil em que a autora relata uma entrevista com um dos

nas saunas de prostituição masculina ou nas festas de orgia não narrei algum tipo de intercuro sexual do etnógrafo, se partirmos da ideia, digamos, convencional de sexo, ou seja penetrativa e genitalizada. Quando as pessoas me perguntam se eu “particpei” dos eventos elas, na verdade, querem saber: “você penetrou ou foi penetrado por alguém?”. Mas se considerarmos que a fronteira em torno de onde começa e termina o sexo é sempre contextual, “o sexo em si deixa de ser apenas um ponto de partida analítico para uma interpretação antropológica e também se transforma em algo que deve, ao contrário, ser antropológicamente interpretado” (BRAZ; SILVEIRA, 2013).

Como afirmam Braz e Silveira (2013), o pesquisador pode não considerar que está fazendo sexo, já que sua observação tem outras intencionalidades que não passam, necessariamente, pelo voyeurismo. Mas da perspectiva dos sujeitos observados, ele pode estar. Os significados que eles atribuem ao sexo vão, muitas vezes, além de uma concepção penetrativa, genitalizada e, mesmo, que envolva necessariamente só um toque, ou um simples olhar, como foi um dos casos narrados na introdução de minha Tese, onde dois rapazes pediram que eu apenas ficasse no ambiente enquanto eles faziam sexo, um desejo que passava apenas pela minha presença ali, que boa parte do prazer dos dois naquele momento passava por eu estar olhando aquela interação, era estar “fazendo sexo” com eles.

A partir dessa etnografia percebo que para as pessoas interagindo nesse espaço seja no *dark room*, (quarto escuro) ou nas suítes com camas coletivas, todos estão, ao menos para os sujeitos observados, “transando”. Isto inclui, também, os antropólogos, que invariavelmente contribuem para que o desejo de fazer sexo em público ou em grupo de alguns sujeitos se realize<sup>15</sup>. Portanto, será que “em determinados contextos de trabalho de campo, a participação sexual do antropólogo é inerente ao “estar lá”? Quais os limites da observação participante, quando nosso engajamento sexual é previsto ainda que não tenhamos tal intenção?” (BRAZ; SILVEIRA, 2013). Talvez o risco aqui esteja em problematizar essas questões, mas ao mesmo tempo tendo o cuidado em não cair num discurso de *mea culpa* ou mesmo de um certo conservadorismo em nossas pesquisas.

O sociólogo norte-americano Laud Humpreys tem sido considerado o

---

atores pornôs interlocutores realizada no intervalo de uma das filmagens, onde o mesmo estava nu e se masturbando, já que precisava manter a ereção constante para o prosseguimento da cena (2010). Também uma pioneira coletânea de artigos organizada por Leap and Lewin (1996) em que diferentes antropólogos falam sobre sua experiência estudando diferentes culturas a partir de uma perspectiva gay ou lésbica. E o quanto a exposição de uma orientação sexual pode determinar o acesso a contextos específicos, onde a sexualidade do pesquisador, de fato, importa.

<sup>15</sup> É ao artigo de Braz e Silveira (2013) a quem devo essa proposta de participação erótica inerente do pesquisador em determinados contextos de trabalho de campo.

pioneiro neste tipo de estudo devido à *Tearoom Trade*, pesquisa que tratou dos encontros sexuais entre homens em banheiros públicos nos Estados Unidos, publicada em 1970. Ali o autor explica claramente que um dos métodos utilizados foi se colocar numa posição de “voyeur” das interações, já que essa figura, a do homem que participa das interações sexuais observando, era aceita naquele contexto. Era uma forma de “estar lá”. A pesquisa de Humpreys recebeu severas críticas em seus aspectos éticos e há como que um silenciamento acadêmico na problematização sobre “o sexo no trabalho de campo” depois disso que só retornaria à cena na década de 1990.

A coletânea de textos organizada por Kulick e Willson (1995) abriu o caminho para a retomada dos debates em torno dessas questões. No Brasil podemos ver como esse trabalho estimulou a reflexão de outros pesquisadores (ROJO, 2003; BRAZ, 2010, dentre outros<sup>16</sup>). Esses trabalhos recentes fazem crítica à “proibição prescritiva do sexo em campo e ao silêncio disciplinar em torno dessa questão (...) acerca das implicações teórico-metodológicas e possibilidades interpretativas a partir de envolvimento afetivo-sexuais do pesquisador em campo. Questionam mesmo a objetividade científica e colocam como impossível o completo distanciamento etnográfico” (BRAZ, 2010, p. 40). A própria mensagem que recebi de um dos interlocutores das festas de orgia chama a atenção para isso: “Conseguiu se libertar ou permaneceu como um legítimo voyerista?”

A questão é que a ideia de um estudo de campo sobre práticas sexuais gera, de fato, uma ansiedade. A minha posição aqui é que essa ansiedade não vem “do nada”. Há motivos para ela acontecer que dizem muito mais sobre a forma como vivemos nossa sexualidade do que da pesquisa em si. Há como que uma moralização do uso instrumental do sexo. O problema não é fazer sexo. O problema (moral) é alguém estudar sexo e fazer sexo ali, da possibilidade disso ser colocado como método “científico”.

Ou como conclui Irvine:

Uma certeza é que os estudos da sexualidade são intrinsecamente ligados à própria sexualidade; todas as ansiedades, prazeres, ambivalências e estigma que atribuímos ao sexo afetam a sua legitimidade como um subcampo da sociologia. (IRVINE, 2003, p.452)

<sup>16</sup> Eu mesmo cheguei a fazer um pouco dessa discussão em pesquisa anterior (BARRETO, 2017b).

## (O riso)

Um parêntese é necessário para a questão do riso. Essa foi a forma de expressão que me acompanhou como reação durante todos os momentos de divulgação do tema da pesquisa. Seja na academia ou fora dela, e mesmo durante as próprias festas onde dizia para alguns interlocutores que estava ali “fazendo uma tese”, o riso sempre aparecia. Em gargalhadas, em risos debochados, em risadas nervosas, “amarelas”, em algo que poderia se entender como “sorrisos cúmplices” ou mesmo de uma hilaridade que parecia mais uma distensão de energia do que qualquer outra coisa.

O riso, tal como explica o sociólogo Werner, é uma forma de reação que serve de certo modo para a limitação, a proteção e a conservação de nossas fronteiras físicas e psíquicas (2013, p.83). Daí o riso e as piadas estarem cercadas de situações e assuntos como a morte, as doenças, o sexo ou outras atividades físicas consideradas vulgares como o defecar e outras funções de excreção. São fatos ou ações que “nos inquietam, nos desconcertam, nos dão nojo e, precisamente por isso, nos fazem rir” (op.cit., 82). O autor aponta como o nojo e o riso, ainda que possam ser vistos como reações opostas são, na verdade, muito próximas uma da outra:

Como o nojo, “o sócia negativo do riso”, um ataque de riso faz vibrar todo o corpo. Provoca convulsões e faz com que o desconhecido, o perigoso, o radicalmente diferente, isto é, o objeto insuportável, o pensamento insuportável, saiam de forma abrupta para fora: em um caso, por meio de um aluvião de ácidos gástricos, em outro, mediante uma corrente de ar e gotas de saliva (...) Com o riso aparta-se de si o insuportável (op. cit., 83).

A pergunta que fica é: afinal, o que há de tão insuportável nessas pesquisas a ponto de gerarem reações como o riso, o nojo ou o escárnio como no caso da comunidade virtual citada no início? Que “perigos” ao nosso corpo e ao nosso pensamento esses trabalhos trazem? Que concepções nossas são colocadas em cheque a ponto de precisarem ser evitadas?

O riso era algo que eu tive que saber como lidar e também, de certa forma, aprender a usá-lo a meu favor. Se era aborrecido perceber a sua recorrência e interrupção em reuniões de grupos de pesquisa, apresentação de seminários ou congressos, também percebi que poderia aproveitá-lo como forma de “sedução” do ouvinte ao que eu queria dizer. O desconforto causado pelas descrições etnográficas, distendidas e desarmadas com o riso (e caberia a mim saber os momentos estratégicos de utilizá-lo) dava abertura ao pensamento que eu propunha. Se o riso vinha como defesa do incômodo que causavam

aquelas questões, haveria possibilidade de abertura para algo novo.

Para a psicanálise, tanto o riso quanto o humor estão diretamente relacionados à sexualidade e à obscenidade: "o chiste consiste na anedota, na piada ou mesmo no trocadilho que se reverte em riso, gerando prazer ao tempo em que libera o ser humano de suas emoções reprimidas face aos tabus impostos pela sociedade e interiorizados na mente dos indivíduos" (FREUD, 1995, p.29). A comicidade e o risível funcionariam, então, como um mecanismo de defesa às ansiedades e angústias do sujeito, assim como ocorre nos sonhos. Por mais que sejam interessantes e tentadoras as interpretações de Freud sobre o riso, principalmente levando em conta o tópico das referências sexuais<sup>17</sup>, fica difícil usá-las para uma generalização de todas as reações nesse contexto. Não tenho como levar em consideração os motivos individuais e inconscientes de cada um para a reação do riso. Mas fica aqui a provocação e o registro.

### **Escrita “erótica-científica” e seus perigos**

“Li o suficiente pra saber que está mais pra um conto erótico ruim do que pra uma tese acadêmica”; “Seu texto parece um roteiro de filme pornô”; “Menino, um texto desse, excitante, bom, com um café e um cigarro, pronto, acabou-se...”; “Parece um conto erótico gigante com informação!”; “Na leitura tinha hora que dava uns calores...”; “Essas descrições estão gráficas demais, não acha? Vão acabar distraindo o leitor daquilo que importa”.

A escrita dos resultados de minhas pesquisas veio inicialmente acompanhada, particularmente, de certa hesitação, além das já comuns. Algumas preocupações apareceram: Como descrever as práticas sexuais observadas sem que o meu texto soe como um conto erótico ou um roteiro de filme pornô? Que palavras eu tenho que escolher e o quão explícito eu posso ser em minhas descrições etnográficas? Estou falando aqui da própria construção do texto, de qual o limite entre erotismo ou pornografia, de “literatura” e ciência. E, afinal, qual seria o problema disso? O que há de perigoso no texto erótico? Ou do texto que deixe passar o erotismo ou o use como potência de conhecimento?

<sup>17</sup> Lembro de como essa relação é trabalhada no romance *O nome da rosa*, de Umberto Eco (1983), onde um livro cômico é considerado tão obsceno que todos que tentam lê-lo acabam sendo mortos de forma misteriosa. Em seu estudo sobre a pornografia bizarra, Leite dedica todo um capítulo à relação entre o riso e o sexo, afinal, a proximidade entre o humor e o obsceno pode ser rastreado desde Platão até a atualidade: “A risada pornográfica, seja como expressão de prazer, alegria, brincadeira, entretenimento ou defesa contra uma vivência sexual não padronizada, usada como instrumento que via ridículo aumenta o estigma e a exclusão ou ridiculariza o próprio preconceito e exclusão, desarmando-o, constringe tanto a “arte erótica” quanto a ciência sexual. Talvez a pergunta importante não seja apenas “de que se ri no universo pornô”, mas também “o que evoca a risada pornográfica?” (LEITE JÚNIOR, 2007, p.9)

Numa experiência anterior, durante a defesa da dissertação sobre a prostituição masculina, uma das professoras presentes na banca disse que o texto do trabalho lembrava a ela aquilo que Simmel define como “coquetismo”, isto é, que tanto o meu método de pesquisa, quanto o meu texto eram um “texto coquete”, já que eu fazia o tempo todo um jogo de sedução com o leitor, assim como tinha vivido em campo. Simmel define coquetismo como uma determinada forma de relação social. Uma relação baseada num jogo de expectativas e manipulações do desejo e permeada de erotismo.

Porque o próprio desta última (a coquete) é desprezar o prazer e o desejo por meio de uma antítese/síntese original, através de alternância ou da concomitância de atenções ou ausências de atenções, sugerindo simbolicamente o dizer-sim e o dizer-não, que atuam como que “à distância”, pela entrega ou recusa – ou, para falar em termos platônicos, pelo ter e o não-ter -, que ela expõe uma a outra, ao mesmo tempo que as faz experimentar como que a uma só vez. (SIMMEL, 1993, p.95).

A questão do desejo aqui é fundamental para a prática do coquetismo. A princípio, para o autor, desejar é desejar obter, porém, se obtido o objeto do desejo, a caçada deixaria de existir e o jogo terminaria. “O coquetismo corresponderia à festa da caça, da dúvida e da incerteza, que precisa ter operações de distanciamento e aproximações exatas, para que a presa não perca seu valor nem pela conquista e nem pela impossibilidade. É um jogo que se sabe jogo e vivido enquanto realidade, com regras próprias acordadas por ambos” (op.cit.).

Na época em que ouvi esses comentários não tinha conhecimento das ideias de Simmel sobre o coquetismo. Meu esforço naquele texto era o de emular o jogo de sedução presente no negócio da prostituição particularmente etnografado. Queria que o leitor de alguma forma pudesse “sentir” através da leitura, que tivesse a experiência do que era aquela necessidade de se manter o interesse sempre aceso nesse mercado; de não poder se perder nunca o clima de prazer, desejo e sedução. Minha ideia se aproximava muito mais dos métodos narrativos do antigo folhetim e suas armas de sedução:

O romance-folhetim põe em ação uma técnica de exacerbação do desejo, desejo de saber, num contexto sadomasoquista: o leitor fica preso, pela periodicidade, no acme de uma posição sublime, no sentido etimológico da palavra, isto é, encontra-se, nos confins de um saber incessantemente prometido, mas sempre adiado: “eu digo, para fazer esperar aquilo que eu escolhi não dizer”, donde o deleite, de certo

modo masoquista, do leitor, que aceita ser frustrado, sempre desconcertado, balançado ao bel-prazer do romancista entre a deliciosa angústia e a hipotética esperança: “e o desejo cresce quando se afasta o efeito”, esse verso do velho Cornville sugere muito bem como toda manipulação proteladora contém subentendidos eróticos (MEYER, 1996, p.78-79).

Quando um dos organizadores da festa que pesquisei no Doutorado me disse que a minha tese para dar conta daquilo que acontecia na orgia precisaria ser mais do que uma “tese científica”, mas sim uma “tese erótica”, estava chamando a minha atenção que só um texto que pudesse passar ao leitor a força erótica dos prazeres e dos desejos envolvidos naquele campo poderia ser “fiel” àquilo que acontece ali para aquelas pessoas. As descrições não entrariam como elementos de “apelo”, mas de entendimento daquilo que se passava em campo.

Porém, ao erotismo é guardada sempre uma ideia de algo perigoso, de ameaçador. Esteja ele presente em qualquer forma de representação: escrita, literária, artística, científica, visual etc. Algo que as pessoas não devem ter acesso pelos riscos inerentes a esse tipo de exposição, seja pelo fato do erótico estar ligado aos aspectos “baixos” da humanidade, ou então da maioria das pessoas não estarem “preparadas” para aquilo que o erótico poderia despertar nelas. Por isso, os livros e filmes eróticos/pornográficos nas lojas estarem sempre em partes mais reservadas, da opção de senhas nos canais “adultos” nas TVs por assinatura, de uma tela de proteção e aviso de conteúdo “forte” nos blogs erótico-pornográficos da internet, da promessa de discricção na venda de objetos e revistas em lojas, da eterna proteção às crianças, enfim, de algo sempre longe das vistas, para poucos, para aqueles que podem e estão mais aptos a consumir esse tipo de produção. Afinal, o que há de perigoso no erotismo?

Eliane Moraes comenta em um texto (2004) sobre a polêmica judicial que ocorreu na França, na década de 1950, de quando as obras do Marquês de Sade foram reeditadas por uma editora e o caso acabou no tribunal com a tentativa de proibição das obras. Acredito que alguns pontos apresentados pela autora podem contribuir nessa discussão. Ela conta que diante da censura, alguns pensadores famosos na época se pronunciaram contra, mas talvez não nos termos em que pensamos. Até mesmo Bataille:

Com Sade nós descemos a uma espécie de abismo do horror, abismo do horror que devemos conhecer, que é, além disso, um dever particular da filosofia - pelo menos da filosofia que eu represento - colocar em questão, esclarecer e tornar conhecido, mas não, eu diria, de uma maneira geral. Me parece certo que a leitura de Sade deva ser reservada.

Eu sou bibliotecário; é claro que não colocaria os livros de Sade à disposição de meus leitores sem determinadas formalidades. Mas uma vez cumpridas tais formalidades - a autorização do encarregado e as demais precauções - acredito que, para qualquer um que queira ir ao fundo do que significa o homem, a leitura de Sade não é apenas recomendável, mas também indispensável (Bataille apud MORAES, 2004, p.226).

Diante de uma posição tão controversa do próprio autor de *O erotismo*, Moraes se pergunta: “Quais seriam os perigos subjacentes a esse ‘tudo dizer’? Que tipo de subversão esse tipo de literatura - que interroga o homem a partir de transgressões fundamentais (...) propõe para quem a lê? Ou, colocando a pergunta de outra forma: que ordem de ameaças aos indivíduos e à sociedade pode se ocultar em uma obra?” (op.cit. 227).

Nisso se acrescentaria todo um debate sobre quais os efeitos de obras “fortes”, aquelas que contenham principalmente elementos de sexo e violência, e sua “influência” nos indivíduos. Os casos de violência e agressões reais “inspirados” em filmes, livros ou jogos sempre são lembrados como uma forma do poder de corromper ou de despertar o mal contido nessas obras. A discussão aqui se centra em termos “produtivos” ou “projetivos”: de um lado as obras possuiriam o poder de produzir nas pessoas efeitos corruptores, ativando fantasmas em apreciadores passivos; de outro não haveria perigo na obra em si, são os apreciadores que assumem uma posição ativa, fazendo da obra um espelho de seus fantasmas (op.cit., 229-230)<sup>18</sup>.

Uma ou outra posição acabam por esvaziar a agência tanto dessas obras, quanto das pessoas e mesmo de diminuir a potência do encontro que podemos ter com determinado pensamento: “Afim, não existem livros que nos transformam a ponto de nos desviarem de um caminho a outro? A atividade que o leitor põe em curso não pode - e até mesmo deve - ser fundamentalmente transformadora?” (idem).

A “terceira margem” proposta por Moraes me interessa mais por colocar os termos no estabelecimento de uma “comunicação intensa” entre obra e apreciador. Algo que acontece, que passa, nesse encontro, que não pode ser determinado e que é diferente a cada um, mas que é produtor de algo. Essas obras

<sup>18</sup> Uma boa obra ficcional sobre esse debate pode ser encontrada no romance *Os sete minutos* de Irving Wallace (1986). A obra versa sobre um julgamento fictício de um livro considerado maldito e pornográfico dentro de um debate sobre censura, liberdade de expressão e os possíveis efeitos de obras “fortes” sobre os leitores.

são “fortes” porque elas justamente nos forçam a pensar<sup>19</sup>. Essa é a potência delas, aí está o “perigo”. Faz-nos sair de um conforto de um mundo construído por reconhecimentos e representações contidos em nossas maneiras de conceber o que é moral, correto, certo e natural e força o nosso pensamento com algo que é diferente. É como Deleuze concebe a apreensão da diferença:

O fundamental da tese de Deleuze é que a relação entre as faculdades é do tipo de ‘esforço divergente’, de um ‘acordo discordante’, de uma ‘discórdia acordante’, em que cada faculdade disjunta só comunica à outra a violência que a eleva a seu limite próprio como diferente. Uma faculdade só consegue se exercer sob a ação de uma ‘inimizade’, de uma violência, de uma coação, sob a ação de forças que a despertam para seu exercício. Temos aqui um segundo elemento importante de sua concepção: para haver pensamento é preciso um encontro contingente com o que força a pensar. O pensamento não nasce de seu próprio interior; o pensamento vem sempre de fora (MACHADO, 2013, p.149-150)

Minha proposta é que essa é uma das potências do texto que deixa passar o erotismo e a força dos prazeres nos encontros. E por isso sim, o impacto das descrições “detalhadas” ou “gráficas” tem a sua importância como ferramenta na produção de conhecimento.

## Fechando

Feitos essa enumeração e esse sobrevoo sobre os pontos que acredito serem os maiores tenses na ideia de um “problema” no estudo do sexo, queria voltar às postagens e aos comentários feitos na comunidade do Facebook que eu apresentei no início, para que possamos concluir esse texto.

O campo de possibilidades e de usos das redes virtuais é inimaginável. Espaço liso e de fuga por excelência, a Internet já demonstrou ser um espaço alternativo aos mais variados aparelhos de captura de nossa sociedade de controle. Desde a grande mídia até os governos mais conservadores. Seja no Brasil ou em qualquer outro lugar. A potência desses espaços como luta e resistência vem se demonstrando cada vez mais no fenômeno ativista, de formações de multidões, mudando a forma de se fazer política no mundo e como ferramen-

<sup>19</sup> “Perigosa, a literatura de Sade traduz um conhecimento que alarga, queiramos ou não, nossa concepção de humanidade” (MORAES, 2004, p.233).

ta indispensável nos novos movimentos sociais (MALINI; ANTOUN, 2013).

Porém, da mesma forma, e com a mesma potência, a Internet parece ser um espaço ideal onde os nossos micro-fascismos podem tomar forma, ser verbalizados e encontrar ressonância com os dos outros. Também é uma forma de fazer política e também de estratégia micropolítica, visando interferir nas possibilidades de engajamentos, por mais simples que elas sejam<sup>20</sup>.

O que procurei fazer aqui foi ver “por trás” desses comentários o que baseava seus argumentos. Algumas concepções naturalizadas, arraigadas e moralistas de nossas vidas e de modos de existência outros. Tanto que os temas criticados e debochados na comunidade citada são aqueles que procuram pôr em cheque nossas concepções de desejo, de gênero e sexualidade, de família ou religião, e mesmo de cultura; apontam nossos preconceitos e mostram como somos uma sociedade que ainda prega valores que nos desigalam em vários aspectos, seja socialmente, economicamente, racialmente etc.

A questão é que ver expostos esses temas e assuntos (e num espaço tido como de status, como é tido o campo intelectual e acadêmico) não parece certo, chega a ser pornográfico, é obsceno, é colocar na luz algo que não deveria estar ali, incomoda. Incomoda e é um problema. O problema dessas pesquisas é que elas fazem pensar.

## Referências Bibliográficas

- BARRETO, Victor Hugo de Souza. Festas de orgias para homens: territórios de intensidade e socialidade masculina. Salvador: Editora Devires, 2017a.
- \_\_\_\_\_. Vamos fazer uma sacanagem gostosa? Uma etnografia da prostituição masculina carioca. Niteroi: Editora UFF, 2017b.
- \_\_\_\_\_. A “putaria” nas orgias: diferença e singularidade no corpo orgiástico. In: Anais do 38° Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo, Ática, 1983, pp 122-155.
- BRAZ, Camilo Albuquerque de. *À Meia-Luz: uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculinos*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- BRAZ, Camilo; SILVEIRA, Raphael. “Nos limites da cena: reflexões metodológicas sobre o “estar lá” em contextos eróticos”. Trabalho apresentado na X Reunión de Antropologia del Mercosur, Cordoba, Argentina, 2013.
- BRICKELL, Chris. Sexology, the Homo/Hetero Binary, and the Complexities of Male Sexual History. *Sexualities*, vol. 9 n.4 2006, p.423-447.

<sup>20</sup> Agradeço à colega Flavia Medeiros por chamar a minha atenção para este último ponto.

- BRIGEIRO, Mauro. “A emergência da assexualidade: notas sobre política sexual, ethos científico e o desinteresse pelo sexo”. In: *Sexualidade, salud y sociedad: Revista latinoamericana*. n.14., 2013.
- CARRARA, Sérgio; SIMOES, Julio Assis. “Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira”. In: *Cadernos Pagu*, no.28 Campinas Jan/Jun, 2007.
- CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica- Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George. *Writing Culture. The poetics and politics of ethnography*. Los Angeles, University of California Press, 1986.
- CSORDAS, Thomas J.. “Embodiment as a Paradigm for Anthropology” in: *Ethos*, Vol. 18, No. 1. 1990, pp. 5-47.
- DÍAZ-BENITEZ, María Elvira. Sexo com animais como prática extrema no pornô bizarro. *Cadernos Pagu*, vol. 38. Campinas, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Nas Redes do Sexo: Os bastidores do pornô brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. A Psychopathia sexualis de Krafft-Ebing, ou o progresso moral pela ciencia das perversões. In: Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1988.
- ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- FOUCAULT, Michel. Resposta ao círculo epistemológico. In Michel Foucault et al., *Estruturalismo e Teoria da Linguagem*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1971, pp 9-55.
- \_\_\_\_\_. *Os anormais*. Sao Paulo: Martins Fontes. 2001.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1995 (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 8).
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HUMPHREYS, Laud. *Tearoom trade: impersonal sex on public places*. Chicago: Aldine, 1970.
- IRVINE, Janice. “The Sociologist as Voyeur: Social Theory and Sexuality Research, 1910- 1978”. In: *Qualitative Sociology*, 26, (4), pp. 429-456, 2003.
- KRAFT-EBING, Richard Von. *Psychopatia sexualis*. São Paulo, Martins Fonte. 2001.
- KULICK, Don; WILLSON, Margaret. *Taboo – Sex, identity, and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London and New York: Routledge, 1995.
- LANTERI-LAURA, Georges. *Leitura das perversões*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2001.

- LEAP, William; LEWIN, Ellen (orgs.) *Out in the Field: Reflections of Lesbian and Gay Anthropologists*. Champaign: University of Illinois Press, 1996.
- LEITE JUNIOR, Jorge. A pornografia bizarra em três variações: a escatologia, o sexo com cigarros e o abuso facial. In: DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira; FIGARI, Carlos Eduardo. (Org.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009
- \_\_\_\_\_. “Porno cassetadas”: riso, sexo e diversão como estruturadores na pornografia. Trabalho apresentado na 31o Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 2007.
- LEVI-SRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Editora Vozes, 1982.
- LOWENKRON, Laura. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.
- MACEDO, Eric Silva. *Outros outros: etnocentrismo e perspectiva*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Niteroi: Universidade Federal Fluminense, 2011.
- MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2013.
- MALINI, Fabio ; ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MISKOLCI, Richard. Negociando Visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 8, p. 51-78, 2014.
- MORAES, Eliane. “Os perigos da literatura: erotismo, censura e transgressão”. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond. pp 235-255.
- PORTER, Roy; TEICH, Mikulás. (orgs). *Conhecimento sexual, ciência sexual: A história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo: Unesp, 1998.
- RABINOW, Paul. *Reflexiones sobre un trabajo de campo en Marruecos*. Madrid: Ediciones Júcar, 1992.
- ROJO, Luiz Fernando. “Rompendo tabus: a subjetividade erótica no trabalho de campo”. Comunicação apresentada na V Reunião de Antropologia do Mercosul, Florianópolis, RAM, 2003.
- RUBIN, G. S. “Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality”. In: NARDI, Peter . M.; SCHNEIDER, Beth. (Ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York: Routledge, 1998. pp. 100-133.

- RUSSO, Jane. “Do desvio ao transtorno: a medicalização da sexualidade na nosografia psiquiátrica contemporânea”. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SIMMEL, Georg. “Psicologia do coquetismo”. In: *A filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- USECHE ALDANA, B. “Medicalización, erotismo y diversidad sexual: una crítica sexológica al DSM-IV-TR (I parte)”. En *Sexología Integral* 2005; vol.2, n.2: p.87-95.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. Antropologia e Sexualidade: consensos e conflitos teóricos em perspectiva histórica. In: FONSECA, Lígia; SOARES, Catarina; VAZ, Júlio Machado. (Orgs.). *A Sexologia, Perspectiva Multidisciplinar*. Coimbra: Quarteto, 2003, vol II, pp 53-72,.
- VANCE, Carole. “Social construction theory: problems in the history of sexuality”. In: ALTMAN, D. et al. *Homosexuality, which homosexuality?* London: GMP Publishers, 1989. pp. 13-34.
- \_\_\_\_\_. “A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico”. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*. Vol. 5, no 1, 1995, pp. 7-31.
- WACQUANT, Loïc, *Corpo e Alma – notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2002.
- WALLACE, Irving. *Os sete minutos*. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986.
- WEEKS, Jeffrey. *Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800*. New York: Longman, 1981.
- WERNER, Florian. *La materia oscura. Historia cultural de la mierda*. Barcelona: Ensayo Tusquetes Editores, 2013.

**autor**      **Victor Hugo de Souza Barreto**

É doutor e mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (ICHF/UFF). Atualmente é pesquisador de Pós Doutorado (PDJ/CNPq – Processo 150721/2017-0) vinculado ao PPGAS do Museu Nacional/UFRJ.

**Recebido em 28/09/2017**

**Aceito para publicação em 13/02/2018**